



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM
30 DE SETEMBRO 2013
(Em reais mil)**

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem como objetivo preponderante a siderurgia, além da indústria e comércio de molas para veículos e outros produtos derivados do aço, a implantação, desenvolvimento e exploração florestal e a importação de produtos siderúrgicos e matérias-primas.

02 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAL E CONSOLIDADA

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, observando-se os conceitos contidos na Lei nº 6.404/1976, ressalvadas as modificações introduzidas através das Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, e em observância as normas e instruções regulamentares, emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras também incluem estimativas e premissas, como para determinação de perdas provenientes de duplicatas a receber e demais créditos não recebidos, da vida útil de ativos e das provisões necessárias para passivos contingentes, portanto os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Legislação Societária Brasileira, Normas da CVM e IFRS (IASB), abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas coligadas: S/A Agro Industrial Eldorado (99,98338%), Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda. (99,7816%) e RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. (98,0000%).

Conforme exposto nesta nota, as demonstrações individuais da Aliperti (controladora) não converge em sua totalidade com as IFRS, tendo em vista o resultado da participação nas empresas controladas, reconhecido pelo método da equivalência patrimonial, sendo que nas práticas internacionais, é pelo custo do investimento realizado.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos, orientações e interpretações relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela Companhia, com exceção dos investimentos, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que pelo International Accounting Standards Board (IASB), órgão que emite os IFRS - International Financial Reporting Standards, é definido que os investimentos em empresas controladas sejam avaliados pelo método do custo. Assim sendo, na elaboração destas demonstrações financeiras, foram observados os seguintes pronunciamentos: CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de Ativos (Deliberação CVM 639/10); CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa (Deliberação CVM 641/10); CPC 04(R1) – Ativo Intangível (Deliberação CVM 644/10); CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil (Resolução CVM 645/10); CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM 557/08); CPC 16 (R1) – Estoques (Deliberação 575/09 alt. 624/10); CPC 18 (R2) – Investimentos em coligadas e em controladas (Deliberação CVM 696/12); CPC 25 – Provisões para



passivos contingentes e ativos contingentes (Deliberação CVM 594/09); CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis (Deliberação CVM 676/11); CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM 583/09); CPC 30 (R1) – Receitas (Deliberação CVM 696/12); CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM 599/09); CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (Deliberação CVM 698/12); CPC 37 (R1) – Adoção das Normas Internacionais de contabilidade (Deliberação CVM 647/10).

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação:

- i) das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;*
- ii) dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e*
- iii) dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.*

A conciliação entre o lucro líquido da controladora e o consolidado para o período findo em 30 de Setembro de 2013, é como segue:

<i>Lucro líquido da controladora</i>	<i>5.647</i>
<i>Participação de acionistas não controladores</i>	<i>4</i>
<i>Lucro líquido consolidado</i>	<i>5.651</i>

03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

a) Apuração do Resultado:

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência.

b) Aplicações Financeiras:

As aplicações financeiras, são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço, os quais são registrados no resultado do período.

c) Duplicatas a Receber:

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, auferidos até a data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando há evidência objetiva que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída a provisão com base na análise individual em valores suficientes para cobrir possíveis prejuízos.

d) Estoques:

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, inferiores ao custo de reposição e realização. O custo do estoque está baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição, transportes e armazenagens dos estoques. No caso dos estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação, baseadas na capacidade normal de operação.



e) Direitos Realizáveis a longo prazo:

Demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e variações monetárias, auferidos e ajustados, quando aplicável, por provisão, considerando os valores de mercado ou de realização.

f) Investimentos:

São reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, sobre o valor do patrimônio líquido contábil das sociedades controladas, conforme participação acionária da Aliperti S/A.

g) Imobilizado e Intangível:

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, com exceção dos terrenos e propriedades rurais, os quais foram avaliados a valor de mercado no transcorrer do exercício 2011, cuja variação (ganho) foi reconhecida em contrapartida no Patrimônio Líquido, rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

O Balanço consolidado da Aliperti em 30 de setembro de 2013 reflete o valor de uso e/ou mercado dos Bens Imóveis próprios e de suas controladas, não havendo ativos em que o valor contábil registrado possa exceder ao seu valor recuperável.

A depreciação é calculada e reconhecida pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil dos ativos é revisado periodicamente com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

No Intangível encontram-se os saldos reclassificados do ativo imobilizado, que referem-se aos direitos de uso de software, remanescente do saldo de 2008.

h) Provisões Férias e Encargos:

Referem-se as provisões para férias e encargos sociais calculados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados, até o encerramento do balanço.

i) Provisão para Contingências:

A Companhia e suas controladas, em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus Assessores Jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores, referentes jurisprudências nos respectivos tribunais, frente às qualidades reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso, a seguir:



- **Processos de natureza tributária:**

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como parte em 67 (sessenta e sete) processos judiciais e administrativos que versam sobre a matéria fiscal, avaliados pelos Assessores Jurídicos, referentes aos autos de infração do ICMS, PIS, COFINS, IPI, IRPJ e ITBI, como sendo de risco possível no montante de R\$ 47.579 mil (47.579 mil em 2012). Em observância ao disposto no CPC 25, o referido montante não foi provisionado, por não ser considerado como risco de perda provável.

- **Processos de natureza trabalhista**

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como parte em 66 (sessenta e seis) processos trabalhistas. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade a insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, multa do FGTS referente aos planos Verão e Collor, dentre outros, não existindo processos de valores individualmente relevantes. O montante total discutido entre ações de risco provável e possível é de R\$ 2.655 mil (2.889 mil em 2012), para o qual a provisão é de (1.670 mil), para fazer frente aos processos de perda provável, levando-se em consideração a base de informações dos Assessores Jurídicos, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

- **Processos de natureza cíveis**

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como partes em 22 (vinte e dois) processos judiciais que versam sobre matéria cível, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável e possível, no montante de R\$ 1.623 mil (1.623 mil em 2012), para o qual a Companhia manteve a provisão já existente de R\$ 550 mil, para fazer frente aos processos com risco de perda provável.

Existem outros processos avaliados pelos Assessores Jurídicos como sendo de risco remoto e mensuração sem suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização ou divulgação.

- **Ativos contingentes**

Referente ao direito estimado de R\$ 6.000 mil a receber do Banco ABN AmroBank, proveniente de sentença judicial em favor da companhia, transitado em julgado no exercício de 2009 e reconhecido no referido exercício.

j) Patrimônio Líquido

- **Capital Social**

O capital social está dividido em 62.500 ações ordinárias nominativas e 123.455 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.



- **Direito das Ações**

Em conformidade com o estatuto, legislação societária e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados dividendos de 10% (dez por cento) superiores aos das ações ordinárias e prioridade no reembolso do capital, em caso de dissolução da Companhia.

Uma vez absorvidos os prejuízos acumulados, eventualmente existentes, será atribuído aos acionistas em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária.

- **Ações em Tesouraria**

A Companhia possui em tesouraria, na data do balanço, 3.800 (três mil e oitocentas) ações preferenciais, resultantes de aquisição em leilão público, realizado em 07/02/2002, com preço médio de R\$ 141,76 (cento e quarenta e um reais e setenta e seis centavos) por ação.

- **Reservas de Reavaliação**

As reservas de reavaliações dos terrenos e propriedades rurais próprias, no montante de R\$ 5.617 mil, mais a reavaliação de terrenos e propriedades rurais das Controladas, no montante de R\$ 4.711 mil, foram realizadas em datas anteriores a promulgação da Lei nº. 11.638/2007.

Os saldos do imobilizado, registrados nas rubricas Terrenos e Propriedades rurais são os mesmos representados nas contas de Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido. O imposto de renda diferido foi contabilizado no Passivo não Circulante.

A diferença entre os saldos conciliados da Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido) e os saldos do Imobilizado (Nota 11), referem-se a diversos itens como, por exemplo, subestação de energia elétrica, galpões de laminação, silos de carvão e tanques de carepa.

NOTA 04 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

INSTITUIÇÃO	TIPO APLICAÇÃO	PRAZO RESGATE	TAXA	QUANT. QUOTAS	Controladora		Consolidado	
					3ºtrim2013 (R\$ mil)	2ºtrim2013 (R\$ mil)	3ºtrim2013 (R\$ mil)	2ºtrim2013 (R\$ mil)
J.P. Morgan	Italy FAQ	Indeterminado	Pós determinada	25.611,60768	18.839	20.335	18.839	20.335
Bradesco	FIC	Indeterminado	Pós determinada	362.766,17704	746	3.939	12.755	19.833
Itaú	Active	Indeterminado	Pós determinada	-	-	-	1.300	-
Itaú	Debentures	Indeterminado	Pós determinada	-	-	-	542	-

INSTITUIÇÃO	TIPO APLICAÇÃO	PRAZO RESGATE	TAXA	VALOR APLICADO	3ºtrim2013 VALOR ATUALIZADO (R\$ mil)	2ºtrim2013 VALOR ATUALIZADO (R\$ mil)	3ºtrim2013 (R\$ mil)	2ºtrim2013 (R\$ mil)
Diversos	Mercado Ações	Indeterminado	Variável	882	974	931	974	931
Rural	CDB	2013 à 2016	Até 115% CDI a.m.	3.248	3.870	5.452	4.256	5.963
Bradesco	Invest	-	-	-	-	-	13	18
Itaú	Invest	-	-	-	-	-	6	196
BTG Pactual	Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	3.589	5.964
Totais					24.429		42.274	53.240



De acordo com o disposto no art. 2º, parágrafo 1º, inciso “A” da Instrução CVM nº. 235, os valores indicados representam disponibilidades da Companhia, atualizados a valores de mercado até 30.09.2013.

NOTA 05 - ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	3ºtrim2013	2ºtrim2013	3ºtrim2013	2ºtrim2013
<i>Produtos Acabados</i>	2.185	1.797	30.526	26.013
<i>Matérias-Primas</i>	868	793	868	793
<i>Materiais Intermediários</i>	230	230	230	230
<i>Outros</i>	66	66	1.043	649
Totais	3.349	2.886	32.667	27.685

Os estoques da Companhia não excedem seu valor recuperável, não havendo necessidade de provisão para desvalorização a mercado ou, ainda, para obsolescência.

NOTA 06 – ADIANTAMENTO PARA INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

Visa o reforço de capital circulante e o atendimento a novos investimentos da Companhia em suas controladas S/A Agro Industrial Eldorado (R\$ 4.751 mil) e RMCA Incorporação e Planejamento Ltda (R\$ 10.424 mil).

Será proposto em Assembleia Geral, a aprovação da capitalização destes saldos ou a manutenção das atuais diretrizes.

NOTA 07 – INVESTIMENTOS – ORÇAMENTO DE CAPITAL/CONTAS CORRENTES

Descrição	3ºtrim2013	2ºtrim2013
<i>Adto p/ investimento aprovado na S/A Agro Industrial Eldorado</i>	22.356	22.356
<i>Contas correntes – controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda</i>	3.070	3.070
Totais	25.426	25.426

Há perspectivas de nos próximos exercícios o montante de R\$ 22.356 mil ser integralizado ao capital social da controlada, caso contrário, será ressarcido.

NOTA 08 – DEPÓSITOS E CAUÇÕES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	3ºtrim2013	2ºtrim2013	3ºtrim2013	2ºtrim2013
<i>Bloqueio Judicial – a)</i>	1.137	1.137	1.974	1.974
<i>Depósito Judicial Trabalhista</i>	206	232	406	432
<i>Depósito Judicial – Outros – b)</i>	2.584	2.559	2.894	2.862
Totais	3.927	3.928	5.274	5.268



- a) Na data de 12 de julho de 2011, a empresa sofreu um bloqueio judicial de R\$ 493 mil diretamente em conta, decorrente do Processo de Execução nº. 2009.61.82.043711-0 movido pela Fazenda Nacional, em montante atualizado (até 2010) de R\$ 9.441 mil, sendo que no dia 08 de agosto de 2011, o Departamento jurídico da Companhia ingressou com defesa, tendo em vista a prescrição da referida ação e aguarda a decisão do Tribunal pertinente para reversão (ressarcimento) do montante, sendo a probabilidade de perda remota, no processo em questão.
- b) Referente a depósitos para ações cíveis efetuados em exercícios anteriores, onde a companhia aguarda decisão da justiça para os processos discutidos judicialmente, sendo que o saldo não sofreu variação no exercício.

NOTA 09 - OUTROS CRÉDITOS – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Encontram-se registrado nesta rubrica em 30 de setembro de 2013, os valores provenientes:

- Do crédito fiscal oriundo da decisão favorável na Justiça Federal, no valor estimado de R\$ 9.175 mil – 6ª Vara Federal – SP – Processo 00741077-8;
- Do Crédito estimado de R\$ 6.000 mil a receber do banco ABN, conforme nota 3 "i".
- De Títulos de Apólices da Dívida Pública Federal, no montante de R\$ 975 mil.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>3ºtrim2013</u>	<u>2ºtrim2013</u>	<u>3ºtrim2013</u>	<u>2ºtrim2013</u>
<i>Em Controladas</i>	155.065	155.534		
<i>Outros Investimentos</i>	2.304	2.304	2.385	2.385
Total	157.369	157.838	2.385	2.385

a) MOVIMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	<i>S/A Agro Ind. Eldorado</i>	<i>Eldorado Com. Ferro e Aço Ltda.</i>	<i>RMCA Inc. Planej. Ltda.</i>			
	<u>3ºtrim2013</u>	<u>2ºtrim2013</u>	<u>3ºtrim2013</u>	<u>2ºtrim2013</u>	<u>3ºtrim2013</u>	<u>2ºtrim2013</u>
<i>No início do Período</i>	147.915	146.095	4.652	5.065	2.967	2.994
<i>Equivalência Patrimonial</i>	(184)	1.820	(464)	(413)	179	(27)
<i>Imp.Renda e Contr.Social Diferidos</i>						
<i>No final do Período</i>	147.731	147.915	4.188	4.652	3.146	2.967



b) INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTROLADAS

	<i>S/A Agro Ind. Eldorado</i>	<i>Eldorado Com. de Ferro e Aço Ltda.</i>	<i>RMCA Incorp. Planej. Ltda.</i>
<i>Número Ações/Cotas (000)</i>	6.449.132	6.000.000	36.800
<i>Participação na Controlada</i>	99,98338%	99,7816%	98,00%
<i>Patrimônio Líquido Controlada</i>	147.755	4.198	3.210
<i>Reserva de Reavaliação</i>	4.441	271	-
<i>Resultado no Período</i>	3.666	(1.486)	311

c) OUTROS INVESTIMENTOS

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>3ºtrim2013</i>	<i>2ºtrim2013</i>	<i>3ºtrim2013</i>	<i>2ºtrim2013</i>
<i>Participação em Incentivos Fiscais</i>	12	12	50	50
<i>Ações – Cosipa</i>	2.292	2.292	2.292	2.292
<i>Outras Participações</i>		-	43	43
<i>Total</i>	2.304	2.304	2.385	2.385

NOTA 11 - IMOBILIZADO

<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>TAXA</i>	<i>CUSTO AQUISIÇÃO</i>	<i>DEPRECIACÃO ACUMULADA</i>	<i>CONTROLADORA</i>		<i>CONSOLIDADO</i>	
				<i>CUSTO LÍQUIDO 3ºtrim2013</i>	<i>CUSTO LÍQUIDO 2ºtrim2013</i>	<i>3ºtrim2013</i>	<i>2ºtrim2013</i>
<i>Terrenos</i>	-	17.652	-	17.652	17.652	112.158	112.158
<i>Propriedades Rurais</i>	-	35.896	-	35.896	35.896	139.845	139.845
<i>Edifícios</i>	<i>De 1% a 4%</i>	22.945	(10.962)	11.983	12.164	14.308	14.489
<i>Máqs, Equip. e Instalações</i>	10%	1.915	(954)	961	1.006	6.635	6.792
<i>Reflorestamentos</i>	-	36	-	36	36	1.286	1.293
<i>Móveis e Utensílios</i>	<i>10% e 20%</i>	1.458	(1.302)	156	159	318	344
<i>Veículos</i>	20%	1.133	(502)	631	239	1.821	1.077
<i>Obras em Andamento</i>	-	4.854		4.854	2.161	6.838	3.333
<i>Outros</i>	<i>5% a 20%</i>	-			-	4.544	4.650
<i>Totais</i>		85.889	(13.720)	72.169	69.313	287.753	283.981



NOTA 12 – FINANCIAMENTOS

Em 30 de setembro de 2013, o saldo deste grupo estava composto dos seguintes valores:

a) FINANCIAMENTO BNDES: (R\$ 40.133 mil)

O saldo encontra-se em “sub judice”. A Companhia, através de Laudo Pericial, está atualizando seu montante pela TR – Taxa referencial, por entender ser mais conservador, não colocando em risco os futuros interesses de seus acionistas. A partir do exercício de 2009 os saldos foram reclassificados para o Passivo Circulante, em observância ao disposto na Instrução CVM nº 207/94, tendo em vista a possibilidade de renegociação de repactuações dos vencimentos.

A Instituição Financeira tem como garantia propriedades rurais da companhia (Fazendas Beija-Flor, Beija-Flor II, Beija-Flor III, Olhos D'Água, Olhos D'Água II, Rocinha Dessio Domingues, Tamanduá e Rocinha III) de propriedade da Aliperti, conforme contratos lavrados em cartório.

Conforme opinião de nossos Assessores Jurídicos, o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à provável liquidação da dívida junto ao BNDES. As chances da Companhia em liquidar a dívida em montantes superiores ao registrado são remotas, inclusive a Siderúrgica já obteve decisão transitado em julgado a seu favor, sobre a redução da dívida, comprovada em Laudo elaborado por pericia contratada em exercícios anteriores, sobre a contestação de valores.

b) CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE MÚTUO JUNTO AO BANCO SUDAMERIS S/A, no montante (R\$ 215 mil).

A companhia aguarda decisão da justiça, e conforme opinião de seus assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis, no entanto, em atendimento ao Princípio Contábil da Prudência, a empresa provisionou o valor em exercícios anteriores. Mediante orientação de nossa assessoria jurídica, o montante em questão também não vem sendo atualizado, havendo perspectiva do valor ser abatido do montante a receber do banco, decorrente da ação movida pela nossa Companhia, a qual já obteve ganho de causa em última instância (sentença transitado em julgado), com o reconhecimento do montante de R\$ 6.000 mil.

- c) Saldos devedores Banco Contas Garantida: proveniente de utilização de limites/linhas de crédito automáticas (pré-aprovadas), junto ao Banco Rural – R\$ 425 mil.*
- d) Banco Fiat S/A – Leasing de Veículos - R\$ 52 mil*
- e) Bradesco Leasing S/A Arrendamento Mercantil – Leasing de Veículos - R\$ 277 mil*

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Companhia não possui: (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de hedge e (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias, não sendo, portanto, apresentada a Demonstração do Valor Abrangente. Os valores apresentados como outros resultados abrangentes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, são decorrentes da movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial e reservas de reavaliações, para os quais o formulário não contém campo específico para apresentação desta informação.



NOTA 14 - COBERTURA DE SEGUROS

			Valor Segurado – R\$ (mil)			
			Controladora		Consolidado	
Modalidade	Objeto	Prêmio	3ºtrim2013	2ºtrim2013	3ºtrim2013	2ºtrim2013
Incêndio/empresarial	Imobilizado	7	17.550	17.550	46.750	46.750
Riscos Diversos	Veículos	26	565	565	1.709	1.709
Vida em Grupo	Funcionários	12	1.320	1.320	4.534	4.534

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

Em atendimento ao disposto no CPC 05, informamos que a Companhia não possui transações comerciais com suas empresas controladas.

NOTA 16 – RECEITA BRUTA DE VENDAS

A reconciliação entre a receita bruta de vendas e a receita líquida está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	3ºtrim2013	2ºtrim2013	3ºtrim2013	2ºtrim2013
Receita Bruta de Vendas e Serviços	28.050	18.298	62.409	43.517
Impostos sobre Vendas	(5.440)	(3.479)	(10.379)	(6.916)
Receita Operacional Líquida	22.610	14.819	52.030	36.601

NOTA 17 – REMUNERAÇÃO A DIRETORES E CONSELHEIROS

No 3º trimestre de 2013, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 152 mil, assim distribuído:

Honorários	R\$ (mil)
Diretoria	101
Conselho Fiscal	-
Conselho da Administração	51

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido foram calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes nas demonstrações de resultados.



	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>3ºtrim2013</i>	<i>2ºtrim2013</i>	<i>3ºtrim2013</i>	<i>2ºtrim2013</i>
<i>Lucro do Exercício</i>	6.142	7.821	7540	8.814
<i>Adições</i>	441	316	441	316
<i>Exclusões</i>	6.479	6.007	6.479	6.007
<i>CSLL</i>	134	134	1.098	446
<i>IRPJ</i>	361	361	795	1.044

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A elaboração das demonstrações financeiras individuais aqui apresentadas, são de responsabilidade da administração da Companhia, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e aprovou as demonstrações financeiras ora apresentadas, bem como concorda com a opinião dos Auditores Independentes expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.